



# **CENTRO UNIVERSITÁRIO LUTERANO DE PALMAS**

*Recredenciado pela Portaria Ministerial nº 1.162, de 13/10/16, D.O.U nº 198, de 14/10/2016*  
*ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL LUTERANA DO BRASIL*

Laura Elice de Souza Ferreira Miranda

**ANÁLISE DO COMPORTAMENTO E A “INDISCIPLINA” NO CONTEXTO ESCOLAR:**

Uma revisão bibliográfica das produções entre os anos de 2010 a 2016.

Palmas – TO

2017

Laura Elice de Souza Ferreira Miranda

ANÁLISE DO COMPORTAMENTO E A “INDISCIPLINA” NO CONTEXTO ESCOLAR:

Uma revisão bibliográfica das produções entre os anos de 2010 a 2016.

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) II elaborado e apresentado como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Psicologia pelo Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP/ULBRA).

Orientadora: Profa. M.Sc. Fabiana Fleury Curado

Palmas – TO

2017

Dados internacionais da catalogação na publicação.

M672a Miranda, Laura Elice de Souza Ferreira  
Análise do comportamento e a “indisciplina” no contexto escolar: uma revisão bibliográfica das produções entre os anos de 2010 a 2016 / Laura Elice de Souza Ferreira Miranda – Palmas, 2017  
52 fls., 29 cm.

Orientação: Profa.M.Sc. Fabiana Fleury Curado  
TCC (Trabalho de Conclusão de Curso). Psicologia - Centro Universitário Luterano de Palmas. 2017

1. Behaviorismo radical. 2. Análise do comportamento. 3. Seguimento de regras. 4. Indisciplina I. Miranda, Laura Elice de Souza Ferreira. I. Curado, Fabiana Fleury. II. Título III. Psicologia.

CDU: 159.9.072.4

Laura Elice de Souza Ferreira Miranda

ANÁLISE DO COMPORTAMENTO E A “INDISCIPLINA” NO CONTEXTO ESCOLAR:

Uma revisão bibliográfica das produções entre os anos de 2010 a 2016.

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) II elaborado e apresentado como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Psicologia pelo Centro Universitário Luterano de Palmas (CEULP/ULBRA).

Orientadora: Profa. M.Sc. Fabiana Fleury Curado

Aprovado em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. (a) M.Sc. Fabiana Fleury Curado

Orientador

Centro Universitário Luterano de Palmas – CEULP

---

Prof. (a) Dr<sup>a</sup>. Ana Beatriz Dupré Silva

Centro Universitário Luterano de Palmas – CEULP

---

Prof. (a) M.Sc. Lauriane dos Santos Moreira

Centro Universitário Luterano de Palmas – CEULP

Palmas – TO

2017

Dedico esse trabalho ao meu querido esposo, meus filhos, meus pais e irmãos e a minha querida Vó Laura. Pessoa maravilhosa que desde o início dessa jornada em que todos estamos, deu-me sábios conselhos que levo para toda a vida, não foi possível me ver concretizando mais esse sonho, entretanto, lembrar-me de sua garra e determinação para a realização dos seus próprios sonhos, me inspirou a chegar aonde cheguei, e me dá alicerce para olhar o futuro com confiança.

## AGRADECIMENTOS

Esta é uma das partes mais difíceis de escrever, em função das lembranças que proporcionam inspiração, serem também, motivo de grande emoção. Este trabalho é uma importante etapa para a conclusão do curso, e isso me faz lembrar o longo caminho percorrido de muitas alegrias, grandes lutas e conquistas. No entanto, estas conquistas não são únicas e exclusivas desta pessoa que escreve. Há uma longa lista de pessoas que de vários modos contribuíram para esta vitória.

Agradeço primeiramente a Deus, por me permitir chegar até aqui. Ao meu esposo Davis Miranda de Souza, que esteve comigo nessa jornada longa e árdua. Agradeço também, aos meus filhos João Edson e Davi, pelo carinho e compreensão, pois desde muito cedo tiveram parte do tempo que seria dispensado a eles, dedicado a esse projeto. Agradeço aos meus pais, Edson e Madalena, que sempre me mostraram a importância de buscar o conhecimento, apesar do pouco estudo que tiveram. Agradeço ainda, aos meus irmãos, Débora e Elias, pelo companheirismo e empatia.

Hoje, vejo que palavras de apoio em momentos difíceis podem eliciar sentimentos que nos ajudam a vencer. Ter pessoas queridas como amigos e colegas de trabalho sempre nos encorajando é muito significativo. Agradeço a todos e todas que me disseram – amiga você vai conseguir ou amiga vai dar tudo certo – essas pessoas ficam guardadas nas nossas lembranças para toda a vida.

Agradeço aos meus professores, que durante a graduação foram profissionais capazes de sempre comprovar que estava fazendo uma escolha correta, pautando suas ações em princípios éticos, humanos e acolhedores sempre.

E por último, mas não menos importante, agradeço a minha orientadora, professora Fabiana Curado, sempre muito prestativa e afável, me incentivando a me superar, fazendo acreditar que eu era capaz, e inclusive, utilizando um dos conceitos apresentados nesse trabalho, o reforço diferencial.

*“Você não pode impor felicidade. Você não pode em última instância, impor coisa alguma. Nós não usamos força! Tudo o que precisamos é engenharia comportamental adequada.”*

*(Skinner, 1948 p.149)*

## RESUMO

O presente trabalho apresenta os resultados da revisão bibliográfica no que se refere às contribuições da Análise do Comportamento (AC) sobre a queixa da “indisciplina” ou o não seguimento de regras no contexto escolar. As produções analisadas foram divulgadas entre os anos de 2010 e 2016, considerando-se a premissa de que a indisciplina ou o não seguimento de regras é um problema que dificulta o processo de ensino e aprendizagem. Diante disso, buscou-se, em revistas científicas nos bancos de dados Scientific Electronic Library Online (SciELO), no Google Acadêmico e em livros, as contribuições da AC para modificar os comportamentos no que concerne ao não seguimento de regras na escola. Durante o processo de revisão bibliográfica, foram encontrados 15 artigos que tratavam das contribuições da AC na educação. Destes, 9 artigos versavam sobre as contribuições da AC referentes ao ensino e a aprendizagem de modo geral; especificamente sobre as contribuições para diminuição de comportamentos que fogem à regra do contexto escolar ou aos comportamentos considerados como “indisciplina” foram localizados 6 artigos, publicados em revistas científicas e dissertações. O controle aversivo é apontado em todos os trabalhos como principal estratégia utilizada pelos professores para o controle disciplinar dos alunos, e os autores não apontaram, em nenhum dos trabalhos analisados, os reforços positivos utilizados. As propostas encontradas na pesquisa para diminuição do comportamento de indisciplina nas intervenções foram: treinamento dos professores para Análise de Contingências, utilização de temas do interesse dos alunos como reforço para a participação nas atividades, uso do Sistema de Economia de Fichas, Jogos Educativos de Tabuleiro e a orientação aos professores sobre a necessidade da consequência imediata frente ao comportamento de não seguimento de regras. Dentre as 06 propostas analisadas duas foram referentes à Análise de Contingência, sendo que: um trabalho não foi efetivo, as autoras apontaram que os professores não identificaram as contingências adequadas para a diminuição do comportamento violento dos alunos. O outro estudo apresentou resultado diferente, mostrou-se ser efetivo para implementação em sala de aula. Os demais tiveram resultados satisfatórios, apontaram para a possibilidade de utilização do reforço positivo de comportamentos alternativos para aumento dos comportamentos desejados, e por conseguinte diminuição de comportamentos que fogem às regras no contexto escolar. Foi verificado ainda que, apenas em um trabalho os professores apresentavam modelos de comportamentos a ser seguido pelos alunos.



**Palavras-chave:** Behaviorismo Radical. Análise do Comportamento. Seguimento de Regras. Indisciplina. Contexto Escolar.

## ABSTRACT

The present work presents the results of the bibliographic review regarding the contributions of Applied Behaviour Analysis (ABA) on the complaint of "indiscipline" or failure to follow rules in the school context. The productions analyzed were disseminated between 2010 and 2016, considering the premise that indiscipline or non-compliance with rules is a problem that hinders the teaching and learning process. Therefore, the contributions of the ABA to modify the behaviors regarding the non-compliance of rules in the school were searched in scientific journals in the Scientific Electronic Library Online (SciELO), Academic and in books databases. During the bibliographic review process, 15 articles were found that dealt with the contributions of ABA in education. Of these, 9 articles dealt with ABA contributions to teaching and learning in general; Specifically on the contributions to reduce behaviors that deviate from the school context rule or behaviors considered as "indiscipline" were located 6 articles, published in scientific journals and dissertations. Aversive control is indicated in all works as the main strategy used by teachers for the disciplinary control of the students, and the authors did not point out, in any of the studies analyzed, the positive reinforcements used. The proposals found in the research to reduce the behavior of indiscipline in the interventions were: teacher training for Contingency Analysis, use of topics of interest of the students as reinforcement for participation in the activities, use of the System of Economy of Chips, Educational Games of Board And guidance to teachers about the need for immediate consequence of non-rule behavior. Among the 06 proposals analyzed, two were related to Contingency Analysis, where: a work was not effective, the authors pointed out that the teachers did not identify the adequate contingencies for the reduction of violent behavior of the students. The other study presented a different result, which proved to be effective for classroom implementation. The others had satisfactory results, pointed to the possibility of using positive reinforcement of alternative behaviors to increase the desired behaviors, and consequently, a decrease in behaviors that deviate from the rules in the school context. It was also verified that in only one study teachers presented behavior models to be followed by students.

**Keywords:** Radical Behaviorism. Applied Behaviour Analysis. Rule Tracking. Indiscipline. School Context.

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 - Apresentação dos artigos que foram utilizados na pesquisa .....	28
--	----

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

AC	Análise do Comportamento
CEULP	Centro Universitário Luterano de Palmas
CONPRE	Congresso de Psicologia escolar e educacional
FAEST	Faculdade de Educação Superior de Tangará da Serra
OCDE	Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OMS	Organização Mundial da Saúde
PUCPR	Pontifícia Universidade Católica do Paraná
SciELO	Scientific Electronic Library Online
TALIS	Teaching and Learning International Survey
ULBRA	Universidade Luterana do Brasil

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>9</b>
<b>2</b>	<b>ANÁLISE DO COMPORTAMENTO E SEUS PRINCÍPIOS</b> Erro! Indicador não definido.	
<b>3</b>	<b>ANÁLISE DO COMPORTAMENTO E EDUCAÇÃO .....</b>	<b>19</b>
<b>4</b>	<b>“INDISCIPLINA” NO CONTEXTO ESCOLAR</b> .Erro! Indicador não definido.	
<b>5</b>	<b>CONTRIBUIÇÕES DA ANÁLISE DO COMPORTAMENTO PARA SEGUIMENTO DE REGRAS NO AMBIENTE ESCOLAR.....</b>	<b>28</b>
<b>6</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>41</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>45</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Os princípios da Análise do Comportamento (AC) se aplicam a diversos contextos, tal como na educação. Nesse contexto, uma das contribuições versa sobre a “indisciplina” ou o não seguimento de regras, sendo este um problema que dificulta o processo de ensino e aprendizagem.

O Instituto Teaching and Learning International Survey (TALIS) e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) realizaram uma pesquisa internacional sobre Ensino e Aprendizagem em 2013. Entre os 33 países pesquisados, os resultados apontaram que o Brasil tem um alto índice de “indisciplina”, visto que os professores afirmaram que 10% dos alunos são “indisciplinados”. Da mesma forma, 66% dos docentes afirmaram vivenciar essa situação em sala de aula, sendo que utilizam 20% do tempo para organizar os alunos antes de começarem a ministrar as aulas. Dos países pesquisados, o Brasil despontou como sendo o país em que os professores afirmam perder mais tempo para controlar a “indisciplina” dos alunos.

A partir da evidência desse problema, buscou-se apontar o que a psicologia tem oferecido como contribuições para solucionar essas dificuldades. Quais as contribuições da Análise do Comportamento para lidar com a indisciplina no contexto escolar? Nota-se que a Psicologia tem diversas concepções teóricas, no entanto tal pesquisa versará a respeito da Análise do Comportamento, sendo esta uma ciência que tem suas bases filosóficas no Behaviorismo Radical de Skinner. O citado pressuposto teórico tem oferecido diversas contribuições para a área educacional, contudo, de acordo com Hübner e Marinotti (2004), os aportes são pouco explorados, bem como, pouco divulgados.

Sendo assim, houve o intuito de revisar, na bibliografia, as contribuições da AC para modificar os comportamentos descritos como “indisciplina” ou não seguimento de regras na escola, bem como, descrever quais as principais estratégias utilizadas pelos professores para o controle disciplinar dos alunos; analisar quais os principais reforçadores positivos utilizados pelos professores de acordo com os estudos realizados; e averiguar quais as propostas de intervenções usadas para diminuição do comportamento de indisciplina e qual sua efetividade.

A busca ocorreu em revistas científicas nos bancos de dados Scientific Electronic Library Online (SciELO), no Google Acadêmico e em livros. As palavras-chave usadas na busca foram: Seguimento de regras, indisciplina, contexto escolar, Behaviorismo e Análise do Comportamento. O critério de inclusão foi de publicações entre os anos de 2010 e 2016 publicadas no Brasil. Foram incluídos, na análise, os artigos que versam sobre a disciplina ou

a indisciplina na educação, cujo referencial teórico utilizado como proposta de pesquisa e intervenção foi a Análise do Comportamento. Além disso, serão excluídos os artigos que tratam da análise da disciplina e da indisciplina fora do contexto educacional, bem como pesquisas e propostas de intervenção em que a Análise do Comportamento foi utilizada em outros contextos.

Portanto, as contribuições de Skinner referentes à área da educação serão utilizadas para compreender a situação-problema que é a indisciplina no contexto escolar, observando de que maneira tal pressuposto teórico possa contribuir para minimizar o tema abordado. Nota-se que o referido autor esclarece a dimensão social da educação, tendo essa o desígnio de agência de controle. A agência educacional é definida, por Skinner (2003, p. 437), como “instituição que responde pelo estabelecimento de comportamentos que serão vantajosos no futuro, para o indivíduo e o grupo social”. Observa-se que a educação é de suma importância para a formação do indivíduo em si, bem como para a sociedade.

Skinner (2003, p. 452) afirma também que “as contingências a serem observadas no ambiente social explicam facilmente o comportamento do indivíduo em formação”. Essa afirmação é aplicável no âmbito educacional quando se trata da observação das contingências implicadas no contexto da indisciplina em sala de aula. É importante notar as contingências nas relações professor-aluno, professor-professor, aluno-aluno e assim compreender como os comportamentos são mantidos.

Como mencionado anteriormente, os dados atinentes à indisciplina no contexto escolar do Brasil dimensionam o problema a ser solucionado, sendo que ela causa prejuízos para o processo de ensino e aprendizagem. Pode-se aludir a tal questão por meio das afirmações de Pereira, Marinotti e Luna (2004), ao pontuarem que a finalidade da educação é a aprendizagem, sendo que esse objetivo não está sendo alcançado. Esses autores, ainda, discorrem sobre uma crise existente no ensino básico, citando diversos fatores implicados no processo de ensino e aprendizagem escolar, dentre estes o comportamento indisciplinado dos alunos.

Deste modo, há um ensejo de delinear propostas para a redução dessa problemática. Skinner (1972) aponta que se faz necessário estudar o comportamento humano, por meio de uma análise experimental, para que seja possível propor novas práticas. Nesse ínterim, supõe-se que as pesquisas realizadas e apontadas nos trabalhos em análise possam nortear possíveis intervenções no ambiente escolar. Assim, buscou-se identificar quais as propostas do ponto de vista da Análise do Comportamento têm se mostrado eficazes para aumentar os

comportamentos que favoreçam o processo de ensino e aprendizagem, e também as contribuições para a diminuição da indisciplina no contexto escolar.

Em consonância com a afirmação anterior de Skinner, os autores Pereira, Marinotti e Luna (2004) afirmam que as práticas pedagógicas devem ser propostas diante das que se mostram mais eficazes para a aprendizagem. Hübner e Marinotti (2004) afirmam que as contribuições da Análise do Comportamento são pouco exploradas e disseminadas na educação, apesar da qualidade dos materiais desenvolvidos e da grande possibilidade de contribuição.

Desta forma, justifica-se a relevância deste estudo, que busca atualizar o conhecimento sobre tal temática, acompanhar o desenvolvimento das pesquisas e das propostas de intervenção para a diminuição de comportamentos que fogem das regras no ambiente escolar e, assim, divulgar formas de melhorar o cotidiano escolar.



## 2 ANÁLISE DO COMPORTAMENTO E SEUS PRINCÍPIOS

A Análise do Comportamento, como afirma Sidman (1995, p. 21), é “uma ciência que provê métodos para formular e responder importantes questões sobre a conduta humana”, e como tal, também trouxe algumas contribuições para o contexto escolar/educacional.

Matos (1992) aponta que esse pressuposto teórico busca descrever de que maneira o organismo será afetado pelas consequências, sendo que a AC tem suas bases nos compêndios filosóficos do Behaviorismo Radical, desenvolvido por Skinner. Neste contexto, Carrara (2008, p. 111) indica que “tomar o Behaviorismo como referência equivale a centrar atenção nas interações entre organismos e ambientes em que estes se inserem”. Deste modo, o objeto de estudo é o comportamento, as interações e as consequências, que poderão reforçar ou manter o mesmo.

É importante salientar que o Behaviorismo opõe-se ao mentalismo, ou seja, as explicações sobre o inconsciente que explica o comportamento foram substituídas pelo comportamentalismo, e este afirma que “o comportamento ocorre diante de estímulos, e é alterado por determinadas condições ambientais e, por seu turno, também altera o ambiente. O estudo dessas relações constitui finalidade precípua da Análise do Comportamento” (CARRARA, 2008, p. 11).

Nesta perspectiva, o comportamentalismo tem como precursores John B. Watson e Ivan P. Pavlov, que apresentam o condicionamento respondente como objeto de estudo. Na mesma corrente, Baum (2006, p. 77) afirma que o condicionamento respondente “ocorre como resultado da relação entre dois estímulos – um evento filogeneticamente importante e um sinal”. Posteriormente, Skinner denominou de Behaviorismo Metodológico, sendo que este estudo limita-se apenas às respostas emitidas pelo organismo diante de um estímulo, ou seja, há um estímulo e uma resposta.

Ademais, Skinner realizou pesquisas sobre outro tipo de condicionamento, o operante. No operante, nota-se que o comportamento poderia aumentar ou diminuir sua frequência de acordo com as consequências. Logo, Moreira e Medeiros (2007, p. 45) explicam que o condicionamento operante é “o comportamento que modifica (que opera sobre) o ambiente e é afetado por suas modificações”, isto é, o comportamento pode ser modificado em função das consequências. Observa-se que há, nesta conjuntura, uma interação com o ambiente e o comportamento fica condicionado às variáveis existentes.

Consonante com a afirmação de Skinner, Moreira e Medeiros (2007, p. 49) salientam que “as consequências determinarão, em algum grau, se os comportamentos que as

produziram ocorrerão ou não outra vez, ou se ocorrerão com maior ou menor frequência”. Essa consequência pode ser algo que aumentará o comportamento desejado, sendo assim, poderá diminuir a frequência do comportamento indesejado. Deste modo, Skinner (2006) propõe que existe a necessidade de realizar um estudo prévio para determinar se algo é reforçador ou não para um organismo, levando em consideração as variáveis implicadas no processo.

Dentre os conceitos desenvolvidos pelo mesmo autor, apresenta-se a Análise de Contingência, sendo esta um elemento central para estudar o comportamento. No que tange à Análise de Contingência, Skinner (2006, p. 5) pontua que em “uma formulação adequada da interação entre um organismo e seu ambiente deve-se sempre especificar três coisas: (1) a ocasião em que a resposta ocorre; (2) a própria resposta; e, (3) as consequências reforçadoras. As inter-relações entre elas são as contingências de reforço”. Por meio desse sistema, é possível analisar como se formaram os repertórios comportamentais, como ou por que determinada resposta foi dada.

Desta forma, o modelo de contingência tríplice é descrito da seguinte maneira:  $S - R \rightarrow S$ . Sendo o primeiro S, o indicador dos estímulos ambientais antecedentes; o R, a resposta ou o comportamento diante de um estímulo onde o indivíduo emite uma resposta ou comportamento; e o segundo S, o estímulo subsequente ou a consequência. O traço é uma probabilidade de a resposta ocorrer e a seta é uma certeza de que haverá consequências. Por intermédio da observação do indivíduo, a AC busca estudar o comportamento, levando em consideração outros determinantes, como fatores filogenéticos que são evolução da espécie, ontogenéticos, história de aprendizagem do organismo e fatores culturais.

Posto isto, é importante observar as contingências operantes que são: reforço positivo, reforço negativo, punição positiva e a negativa. O reforço positivo é a apresentação de um estímulo, que aumenta a frequência de determinado comportamento. Skinner afirma que existe a necessidade de identificar se algo é ou não reforçador para determinado indivíduo. Desse modo, o professor irá identificar quais os reforçadores possíveis de serem utilizados em sala de aula.

Exemplifica-se essa situação quando a professora elogia o fato dos alunos terem realizado a tarefa solicitada. Se os alunos continuarem a realizar a tarefa, é possível dizer que o elogio da professora foi um reforçador positivo, aumentando a probabilidade de fazerem a tarefa para obter o elogio, ainda que o elogio seja um reforço arbitrário. Assim, Skinner (2003, p. 81) afirma que:

Alguns reforços consistem na apresentação de estímulos, no acréscimo de alguma coisa, por exemplo, alimento, água, ou contato sexual - a situação. Estes são denominados reforços positivos. Outros consistem na remoção de alguma coisa – por exemplo, de um barulho, de uma luz muito brilhante, de calor ou de frios extremos, ou de um choque elétrico – da situação. Estes se denominam reforços negativos (SKINNER, 2003, p. 81).

Há, também, a remoção de um estímulo aversivo, intitulada de reforço negativo, que irá aumentar a frequência de fuga/esquiva para se livrar de determinada consequência. Um exemplo é quando a pessoa deixa de contar a verdade e evita os estímulos aversivos, ou seja, mentir é um comportamento que evita algum conflito.

Sobre tais denominações, Moreira e Medeiros (2007, p. 52) destacam que

No momento em que a consequência reforçadora do comportamento é o produto direto do próprio comportamento, dizemos que a consequência é um reforçador natural. Quando a consequência reforçadora é um produto indireto do comportamento, afirmamos que se trata de um reforço arbitrário (MOREIRA; MEDEIROS, 2007, p. 52).

Nota-se que, no reforço positivo, o indivíduo busca determinada consequência e, no reforço negativo, ele se esquiva. Sendo assim, a contingência operante está relacionada à apresentação de um estímulo agradável ou desagradável, podendo aumentar a frequência de determinado comportamento. No mais, o reforço pode ser denominado também como natural ou arbitrário.

Neste sentido, afirma-se que o reforço natural é inerente ao próprio comportamento. Moreira e Medeiros (2007) exemplificam que o aluno lê a poesia pelo prazer de ler ou pelo próprio conteúdo; já o reforço arbitrário é uma consequência indireta do comportamento, como o aluno que ganha elogios da professora. Portanto, Matos (1992) afirma que é importante utilizar reforços naturais no contexto escolar, pois esses podem ser mais duradouros sobre o comportamento, e os professores, conhecendo os repertórios de seus alunos, podem usar mais reforçadores naturais.

Outra contingência operante é a punição e, de acordo com a definição de Moreira e Medeiros (2007 p. 70), “é a consequência que reduz a frequência do comportamento que a produz”, sendo esta positiva e negativa.

Dá-se o nome de punição positiva quando há a apresentação de algo aversivo após a emissão de determinado comportamento que tende a diminuir a sua frequência. Em uma suposta situação prática, tem-se o aluno que ganha uma advertência por usar boné em sala de aula, visto que é uma regra da instituição não usar bonés em sala de aula. Isto é, foi

apresentado um estímulo aversivo (a advertência), logo, se o aluno diminuir a frequência, a advertência pode ser considerada punitiva.

Por outro lado, a punição negativa é a subtração de um estímulo agradável que diminuirá a probabilidade de determinado comportamento ocorrer. De acordo com Davidoff (1983), na punição negativa, há a supressão de um reforçador. Um exemplo dessa situação é quando o filho está com o comportamento de xingar, sua mãe o proíbe de jogar videogame, e verifica-se que o filho diminui esse comportamento.

Nota-se que não somente a punição, mas todos os estímulos aversivos provocam respostas emocionais. Na punição, podem ocorrer efeitos colaterais para quem sofre a punição, bem como para quem está punindo, em função da eliciação dessas respostas emocionais.

A respeito do assunto em questão, Moreira e Medeiros (2007) exemplificam como possível resposta à punição, o choro. E isso irá eliciar, na pessoa que puniu, uma resposta emocional como a culpa, que poderá se utilizar de reforçadores. Como no caso de uma mãe que tira algo do filho e o mesmo responde com choro, ela poderá dar um doce para cessar a situação, e assim o choro passa a ser operante, ou seja, sempre que a mãe tirar algo irá chorar para conseguir de volta.

Diversos autores versam sobre o excesso de punição não alcançar o objetivo de diminuir o comportamento. De acordo com Pereira, Marinotti e Luna (2004, p. 27), “o aluno punido pode ficar quieto, mas não se envolverá mais com a atividade por causa disso”. Ou seja, a imobilidade e o não envolvimento podem até parecer adequados, no entanto, estes não são desejados. Davidoff (1983) afirma que a punição pode desencadear medo e não respeito diante do punidor.

É importante observar também a extinção, sendo uma forma de interrupção de uma resposta. De acordo com Moreira e Medeiros (2007, p. 67), a extinção “é a suspensão de uma consequência reforçadora anteriormente produzida por um comportamento. Tem como efeito o retorno da frequência do comportamento ao seu nível operante”. A mesma elimina o comportamento, no entanto, quando ocorre a extinção, comumente desencadeiam-se respostas emocionais como raiva e ansiedade. Neste sentido, Skinner (2006) apontou que ocorre não somente a extinção operante, mas há também o desencadeamento de uma reação de frustração ou cólera.

Outro conceito importante da Análise do Comportamento é a modelagem. Skinner (2006, p. 102) afirma que “podemos elaborar operantes complicados que nunca apareceriam no repertório do organismo por outros meios. Reforçando uma série de aproximações

sucessivas conseguimos em pouco tempo uma quantidade de respostas muito raras”, sendo que o instrumento fundamental de modelagem é o reforço. Matos (1992) explica que, a princípio, usa-se o reforço em todos os comportamentos para, posteriormente, reforçar apenas os comportamentos desejados.

A modelagem é o modo como ocorre a aprendizagem, sendo o comportamento modificado gradualmente. Neste ínterim, observa-se que os comportamentos geradores das consequências mais agradáveis vão sendo utilizados em detrimento de outros. Sendo assim, sucessivos processos de modelagem resultarão no comportamento operante. Catania (1999, p. 411) aponta que

A modelagem é empregada para produzir respostas que, devido a um nível operante baixo e/ou devido à complexidade, não seriam emitidas ou seriam emitidas somente depois de um tempo considerável. A variabilidade do responder que segue o reforço geralmente provê as oportunidades para o reforço de outras respostas que se aproximem mais de perto do critério que define a classe operante alvo. A modelagem é uma variedade de seleção operante (CATANIA, 1999, p. 411).

Na modelagem ocorrem mudanças graduais no comportamento, e sua base é o reforço diferencial. Moreira e Medeiros (2007, p. 131) esclarecem que o reforço diferencial “consiste apenas em reforçar todos os comportamentos, exceto aquele que se deseja reduzir a frequência. É uma combinação de extinção para o comportamento indesejado e reforço para os outros comportamentos”. Ou seja, sempre envolve reforço e extinção, reforço do comportamento desejado e extinção do comportamento indesejado ou desagradável.

No que tange à educação, diversos autores afirmam que o reforço diferencial deve ser utilizado, sendo mais eficaz que a punição. Pereira, Marinotti, e Luna (2004, p. 27) afirmam que “o reforçamento dos comportamentos do aluno, em atividade, diminuirá a probabilidade de comportamento de indisciplina”. Desta forma, o comportamento indesejado, sendo esse definido em cada contexto, tende a ser extinto, e os comportamentos adequados serão reforçados.

Todos os princípios relacionados acima podem ser descritos como Controle Comportamental. De acordo com Sidman (1995, p. 46), há certo receio com relação ao Controle Comportamental, no entanto, afirma que

(...) não é uma questão de filosofia ou de sistemas pessoais de valor a serem aceitos ou rejeitados de acordo com nossa preferência. É uma questão de fato. Não faz sentido, portanto, rejeitar ou defender o controle comportamental. Pelo contrário, as leis do controle exigem investigação. A noção pode nos desagradar e mesmo amedrontar, mas as leis do comportamento são uma característica do mundo em que vivemos: não podemos repeli-las (SIDMAN, 1995, p. 46).

Neste aspecto, Skinner (2003) pontua que, por não aceitar que existe o controle, o indivíduo estará deixando-o em outras mãos. Skinner (2003, p. 467) sugere que “à medida que o comportamento for mais profundamente analisado o controle virá a ser mais eficaz”. Assim, todos são influenciados e influenciam, um exemplo é a influência exercida pelas contingências de reforço, bem como, por meio das regras vigentes, sendo essas, estímulos verbais apropriados.

Posteriormente, será abordado sobre a escola enquanto agência de controle, cabe salientar que a influência exercida pela escola, dentre outras variáveis, é possível por meio das regras estabelecidas nesse contexto. Baum (2006, p. 165) afirma que “regra é um tipo de estímulo discriminativo – um estímulo discriminativo verbal”, portanto, regras influenciam o comportamento, sendo que essa influência é desencadeada a partir do comportamento verbal emitido por uma pessoa ou um grupo que determinará a regra, estabelecendo uma relação de hierarquia. O comportamento influenciado por regras desencadeia consequências que modelarão determinado comportamento.

Matos (2001, p. 8) aponta que a influência do comportamento por regras ocorre por contingências sociais e observa que

Regras são úteis para a sociedade. Estabelecer e formular regras é um comportamento frequentemente reforçado entre e pelos mais velhos de uma comunidade; reforçado pela sua eficácia na instalação e manutenção de comportamentos desejados entre os mais jovens, que continuarão e perpetuarão as práticas culturais necessárias para a sobrevivência daquele grupo como um todo (MATOS, 2001, p. 8).

Desta forma, Matos (2001) pondera que, ao se propor um estudo de influência por regras, deve ser analisado o contexto social de quem verbaliza a regra e o contexto de quem irá seguir determinada regra. A mesma autora afirma que a aprendizagem por regras é eficiente para instalar novos repertórios comportamentais e que, conforme os indivíduos se tornam adultos, a aprendizagem se torna intrínseca, sem a necessidade de ocorrer a verbalização de determinada regra. Assim, torna-se inerente ao comportamento observar as regras em detrimento de determinadas consequências.

No que diz respeito à educação, Matos (1992, p. 78) aponta ser necessário um treino discriminativo, ao afirmar que “discriminações são aprendidas de maneira mais rápida e mais precisa se contra exemplos são apresentados”. Ela exemplifica que, para uma criança aprender

determinado som, a mesma deve repetir diversos sons diferentes para assim poder discriminar, e, conseqüentemente, poder responder, de forma diferente, os sons que ela ouve.

Nota-se, portanto, que a aprendizagem ocorre por meio das regras e das contingências estabelecidas em determinado contexto, conseqüências que podem ser diretas ou indiretas como as verbais, e cumprir as regras também está relacionado com as conseqüências. Skinner (2006) afirma que as regras são um estímulo discriminativo para evocar soluções para determinada sociedade, dessa forma, o seguimento de regras no contexto escolar pode favorecer o processo de ensino-aprendizagem.

### 3 ANÁLISE DO COMPORTAMENTO E EDUCAÇÃO

Para a Análise do Comportamento, a escola e os outros lugares educacionais são uma agência de controle. De acordo com Skinner (2003, p. 363), a agência de controle atua "dentro do grupo, entretanto, certas agências controladoras manipulam certos conjuntos de variáveis. Essas agências são, habitualmente, mais bem organizadas que o grupo como um todo e geralmente operam com maior sucesso". Alguns exemplos de agências de controle são: o governo e a lei, a economia, a religião, a psicoterapia e a educação. Neste sentido, Skinner (2003, p. 437) faz a distinção entre as agências, a saber:

A educação dá ênfase a aquisição do comportamento em lugar de sua manutenção. Onde o controle religioso, governamental e econômico preocupa-se com tornar mais prováveis certos tipos de comportamento, o reforço educacional simplesmente faz certas formas prováveis em determinadas circunstâncias. Ao preparar o indivíduo para as situações que ainda não surgiram, os operantes discriminativos são colocados sob o controle de estímulos que provavelmente ocorrerão nessas situações (SKINNER, 2003, p. 437).

Ainda com relação à educação, Skinner (2003) assinala também que a família tem uma função de agência educacional ao ensinar questões básicas como andar, falar, comer, entre outros; nesta esfera, a educação se torna informal. Portanto, alimentação e água são os primeiros reforçadores, sendo utilizados, também neste contexto, os reforçadores condicionados como afeto, atenção, aprovação e carinho. E, tal empenho na educação se dá, porque a criança será posteriormente um membro útil para a família.

A educação também é apontada como uma agência de controle, com uma função social, sendo, portanto, uma função diferenciada, preparar o indivíduo para o futuro. Skinner (2003, p. 447) afirma ainda que a escola "faz mais que divulgar o saber, mesmo em seu sentido mais amplo, uma vez que ensina o estudante a pensar, estabelece um repertório especial que tem como efeito a manipulação de variáveis que encorajam o aparecimento de soluções de problemas". No entanto, o referido autor discorre que a escola não deve buscar repertórios padrões de respostas certas, e sim desenvolver a autonomia do estudante para encontrar soluções, mesmo longe da agência educacional.

Essa autonomia, apontada por Skinner, deveria ser adquirida pelo aluno, para saber como interagir fora do contexto educacional. Ela é levada em consideração no processo ensino e aprendizagem? O contexto social tem importância nesse processo? Esses fatores precisam ser considerados quando são analisados? Quais comportamentos estão sendo selecionados na escola como sendo importantes para o futuro? É necessário fazer essas



indagações para propor novas práticas educacionais. A educação não deve servir apenas para um futuro longínquo, já que são necessárias a resolução de problemas e a autonomia na vivência diária, também fora do contexto escolar.

Neste ínterim, Skinner (2003) indica contingentes ao comportamento escolar, no sentido que assinala alguns reforçadores imediatos como: boas notas, medalhas e troféus; bem como aponta a necessidade do indivíduo ficar sob o controle de reforçadores em longo prazo como as perspectivas de um bom salário e emprego, e propõe a possibilidade do uso do reforço natural, sendo, desta forma, um exemplo, o estudante de ciências que é reforçado ao ter que lidar com a natureza.

O comportamento decorrente do controle educacional é o saber. Skinner (2003, p. 443) pondera que “tradicionalmente que a entidade elevada ao máximo pela educação é o “saber”. O termo se refere a alguns dos mais complexos tipos de comportamento humano”. Observa-se que a educação tem um papel primordial para o futuro dos indivíduos, neste aspecto, supõe-se que o “saber” deve ser algo atrativo, tornando-se menos aversivo possível, para que possa diminuir os comportamentos indesejados.

Como apontado por Skinner (2003), a função da educação é formar o indivíduo para o futuro. Pressupõe-se, sendo assim, que os mesmos se tornarão independentes e, para isso, “a instituição educacional não pode se contentar meramente com o estabelecimento de padrões de respostas certas, mas deve estabelecer também, um repertório com o qual o estudante pode chegar a respostas certas sob novas circunstâncias e na ausência de um representante da agência” (SKINNER, 2003, p. 447). Verifica-se a necessidade da autonomia na formação desse aluno, já que a aprendizagem será para situações diversas em suas vivências.

As queixas existentes nas escolas são frequentes e, no geral, são as mesmas. Por isso, é pertinente questionar o motivo de haver tantas queixas referentes à indisciplina. Portanto, torna-se necessária a análise de contingências do contexto escolar, para identificar o que pode ser modificado nessas contingências, pois a maneira com que a escola tem tratado tal situação pode ser um dos motivos da perpetuação da queixa.

Zanotto (2004, p. 42) faz a reflexão de “que quem ensina deve ficar sob controle do que quer ensinar, de quem está sendo ensinado e das condições disponíveis na situação de ensino”. Observa-se que o professor, nesta relação, verbaliza as regras que irão, dentre outros fatores, desencadear as condições necessárias para a aprendizagem. O não cumprimento das regras se torna uma dificuldade para o contexto da sala de aula, implicando, dessa forma, em consequências como o não estabelecimento da finalidade da educação.

Para Zanotto (2004, p. 38), o cerne de tal problemática encontra-se no fato do professor

Não ter sido ensinado a olhar para as condições ambientais que produzem alunos desinteressados, que se esquivam e fogem da escola, o professor não identifica suas próprias ações como uma parte importante da explicação dos comportamentos dos alunos. Perde, assim, a chance de alterar as condições de ver alterações acontecerem em seus alunos. É provável que continue, por isso, a acreditar que mudanças não são possíveis e que ele não é um agente capaz de promovê-las (ZANOTTO, 2004, p. 38).

Pereira, Marinotti e Luna (2004, p. 37) afirmam que o papel fundamental da educação fica inviabilizado quando “agentes que nela atuam não conseguem exercer, com competência e autonomia, sua função de ensinar, são controlados por contingências que geram e mantêm repertórios comportamentais repetitivos”. Neste contexto, há um controle exercido sobre os professores e o que se observa é a dificuldade do professor em analisar as contingências que reproduzem comportamentos indesejados.

Segundo Pereira, Marinotti e Luna (2004), o professor fica sob controle das contingências do comportamento disciplinar dos alunos, bem como das instâncias superiores, outros professores, o plano de aula, a qualidade da relação com os alunos, a participação dos pais na escola, a crença sobre as famílias dos alunos, as crenças sobre a responsabilidade pelo desempenho do aluno, as exigências burocráticas, as expectativas profissionais e a formação profissional. Assim,

O professor não fica sob o controle do comportamento do aluno em relação à matéria ao planejar sua ação e ao atuar em sala de aula, ele o faz, em certa medida, no que diz respeito ao comportamento disciplinar do aluno. Professores afirmam evitar mudanças nas atividades habituais, como, por exemplo, trabalho em grupo, porque os alunos “fazem muita bagunça”. Terão eles se perguntado sobre a possível relação entre o comportamento disciplinar e as condições oferecidas para aprendizagem desse aluno (PEREIRA; MARINOTTI; LUNA, 2004, p. 37).

Mesmo tendo todas essas variáveis em jogo, o professor é quem está com o aluno diariamente, então cabe a ele o papel final de organizar as contingências para garantir o ensino.

Seguindo a mesma linha de raciocínio, é preciso fazer algumas indagações com relação às condições necessárias para a aprendizagem desse aluno, se estão sendo realmente atendidas, já que as contingências apontadas anteriormente não são atreladas ao “saber” ou ao modo como melhor ocorre a aprendizagem para cada indivíduo.

Neste sentido, há a necessidade das instituições averiguarem se a obediência das regras é tão importante, visto que o mesmo pode estar atrelado ao fracasso escolar. Todos os alunos têm as mesmas condições para cumprir as regras impostas e, de certo modo, questionar também com relação ao por que das regras não estarem sendo seguidas.

Zanotto (2004) traz uma alternativa, denominada, por Skinner, como de “arranjo de contingência”. Ele afirma que é possível programar as mudanças comportamentais e pondera que é fundamental uma intervenção para que ocorram as mudanças necessárias, pois as mesmas não ocorrerão de forma natural e espontânea.

Observa-se, portanto, que a Análise do Comportamento tem apresentado propostas que podem contribuir para a diminuição dos problemas apresentados no contexto escolar. A Análise de Contingência tem se mostrado como uma proposta que pode subsidiar a ação dos professores para que as mudanças necessárias se concretizem. Ainda há a hipótese de que elementos como reforço diferencial, modelagem e reforço positivo, sejam eficientes para a diminuição de comportamentos de não seguimento de regras escolares, aqui denominados também de indisciplina.

Para uma educação eficaz, Matos (1992, p. 75) afirma ser necessário que se “especifique completamente o comportamento que deseja ensinar. Uma estratégia de ensino eficaz deve preocupar-se não apenas com o currículo e a infraestrutura da escola, mas preocupar-se também com a eficácia do processo ensino aprendizagem”. Ou seja, o ensino e a aprendizagem são primordiais para a escola, sendo que os alunos deverão dominar habilidades definidas pela mesma. No entanto, é preciso questionar se essas habilidades condizem com a realidade, isto é, com a real necessidade desse aluno.

Neste aspecto, segundo Matos (1992, p. 75), a Análise do Comportamento contribui para a educação, bem como para que, na escola, seja, possível os indivíduos conseguirem “desenvolver habilidades de comunicação, melhorar habilidades analíticas, fortalecer a capacidade de resolver problemas, desenvolver a capacidade de emitir julgamento de valor”.

A partir dessas habilidades, formadas em sua maior parte na escola, pressupõe-se que o indivíduo estará formado para a vida. Contudo, é necessário que diminuam os problemas que impedem sua formação, e que a agência de controle da educação trabalhe a autonomia dos sujeitos, apresentando situações úteis para o agora e para o futuro, contudo, evite impor seguimentos de regras descontextualizadas ou mesmo uma obediência que não leva para a variabilidade de repertórios.

#### 4 “INDISCIPLINA” NO CONTEXTO ESCOLAR

A indisciplina tem sido um problema enfrentado de forma recorrente pelos professores em sala de aula, todavia Bock, Furtado e Teixeira (2008, p. 275) explicam que “a indisciplina está relacionada ao não cumprimento das regras postas pela escola como necessárias ao seu bom funcionamento”. Como mencionado anteriormente, as regras são inerentes à organização social, em outros termos, o seguimento de regras varia de acordo com o ambiente. Neste âmbito, o não cumprimento das regras analisadas refere-se à agência de controle educacional, sendo que este comportamento de não seguimento de regras é designado como “indisciplinar”.

Para Dayan (2009, p. 18), “o conceito de indisciplina é definido em relação ao conceito de disciplina que significa regra de conduta comum a uma coletividade para manter a boa ordem e, por extensão, a obediência à regra. E o de indisciplina, com a desobediência a essas regras”. Paralelo a isso, Gioia e Pereira (2010) apontam que há comportamentos favoráveis ao processo de ensino-aprendizagem, e outros que o desfavorecem. Logo, os comportamentos que fogem às regras no contexto escolar são comportamentos antagônicos neste processo. No entanto, não há certo e errado, essa nomenclatura surge a partir do que é esperado por uma sociedade.

Conforme Antunes (2002, p. 17), “disciplina apresenta-se como uma maneira de ser e de se comportar que permite ao aluno alcançar seu desenvolvimento pleno, tomando consciência da existência do outro e que ajuda, ao mesmo tempo, a respeitar regras como um requisito útil para a ação”. Contudo, Sidman (1995) assinala que o sistema educacional não tem sido estimulante e que, com isso, produz comportamentos inadequados dos alunos.

Aquino (2016) realizou uma pesquisa sobre o tema indisciplina, na qual foram analisados 35 artigos publicados em periódicos da área educacional entre os anos de 1998 e 2015. Na intenção de identificar o que foi produzido a respeito do tema, no referido período, a pesquisa teve como fonte revistas com Qualis A1, A2 e B2. O supramencionado autor aponta ser necessário que haja uma delimitação do que é disciplina e indisciplina. Observou-se que, em grande quantidade dos textos pesquisados, o termo “indisciplina” tem o enfoque no comportamento de violência dos alunos.

De acordo com Mayer (1983), citado por Gioia e Pereira (1995, p. 467), violência no contexto escolar é “agressão, vandalismo, infrações às regras, desrespeito à autoridade adulta

e violação de normas sociais e morais da sociedade”. Outro tipo de violência escolar identificado por Costa, Oliveira e Oliveira (2014, p. 3) é o bullying, definido como

Maus tratos a outra pessoa, geralmente cometidos por crianças e adolescentes, ou seja, todo o comportamento em que um estudante afirma o seu poder interpessoal por meio da agressão contra outro, ou seja, situações de humilhação, zombaria, ameaça, intimidação, chantagem, ofensa verbal, perseguição, insulto, olhar ameaçador, ataque físico, comentários, crueldade psicológica, assédio, calúnia, exclusão, discriminação, roubos, etc (COSTA; OLIVEIRA; OLIVEIRA, 2014, p. 3).

Observa-se que os comportamentos apontados como bullying podem trazer sofrimento e é caracterizado por ser repetitivo, para não incorrer no risco de qualquer comportamento que desagrade seja qualificado como tal.

Conforme a Organização Mundial de Saúde (OMS, 1998), violência é o “uso de força física ou poder, em ameaça ou na prática, contra si próprio, outra pessoa ou contra um grupo ou comunidade que resulte ou possa resultar em sofrimento, morte, dano psicológico, desenvolvimento prejudicado ou privação”. É apontada como um comportamento inaceitável, e se coloca como um risco para a comunidade escolar.

Apesar da indisciplina ser uma queixa frequente entre os profissionais da educação, Aquino (2016) aponta que tem sido pouco observada pelos pesquisadores desse campo. No período de quase 20 anos, foram encontrados apenas 35 textos nos 24 periódicos pesquisados, cuja temática central é a indisciplina. Em alguns periódicos, um único texto abordando o assunto foi publicado, ainda assim, o autor pontua que, em outros textos, a questão da indisciplina aparece de maneira secundária, ou seja, não foi o tema central. O mencionado autor aponta que os artigos não indicam propostas de prevenção, nem tão pouco houve propostas de intervenção. Ocorreram, somente apontamentos sobre os efeitos no cotidiano escolar.

Um dado curioso sobre tais publicações é o fato de que, dos 35 artigos publicados em 20 anos, 30 deles foram publicados no período de uma década, o que leva a questionar o que houve para um aumento desse problema no contexto escolar, que levou alguns pesquisadores a se voltarem a ele, o que mudou no contexto escolar para o crescimento dessas queixas referentes à indisciplina?

Nesta acepção, Aquino (2016) pontua que, ao tornar a educação um direito de todos, pessoas de diferentes condições socioeconômicas entraram nas escolas, trazendo dificuldades quanto à adaptação do processo de ensino e aprendizagem, já que deveriam ser levadas em consideração questões de ordem econômica, social e cultural desses novos integrantes da

comunidade escolar. Isso pode ter contribuído para a potencialização da violência, principalmente, no contexto escolar.

Outra questão que pode ser levantada é que, ao tornar a educação um direito de todos, ela passa a ser obrigação de todos também. Desse modo, é possível indagar se as escolas foram preparadas para receber esse público, que antes seria uma determinada quantidade e, depois dessa obrigatoriedade, passou a ser outra. Isto é, anteriormente uma parcela menor da sociedade tinha acesso à educação; e depois, uma grande quantidade de alunos foi inserida. Neste contexto, indaga-se a respeito da preparação adequada da escola e se os professores têm as condições necessárias para lidar com essa nova realidade. Portanto, é importante considerar que

(...) falar em educação significa falar em um verdadeiro sistema que contempla em uma ponta, as relações imediatas que se estabelecem entre professor-aluno e aluno-aluno dentro de uma sala de aula, e, na outra, o quadro político-econômico que, em última análise, responde pela formulação de políticas públicas, com suas prioridades (PEREIRA; MARINOTTI; LUNA, 2004, p. 11).

Ainda nesta perspectiva, questiona-se sobre a possibilidade dessas regras estarem sendo expostas de maneira compreensiva, já que o intuito da escola é tornar o indivíduo capaz de exercer, dentre outros comportamentos, a cidadania. Ou seja, interrogando se a escola tem imposto regras que condizem fielmente com a realidade do público-alvo, que são os alunos.

Da mesma forma, a unidade escolar pretende indagar a quem serve realmente essas regras e, voltando ao papel que se espera da escola - ao focar no processo de disciplinamento - questionar se não está fugindo do foco, que é o saber. Assim como Skinner aponta, a escola prepara o indivíduo para o futuro e para a vida. Cabe a reflexão acerca de se esses alunos não estão conseguindo assimilar essas regras que, em tese, serão aprendidas para convivência no contexto escolar, se eles estão aprendendo o que é necessário para a vida.

Dentre essas questões apontadas, é importante discutir se esses padrões condizem com a realidade ou as necessidades dos alunos, bem como se essas regras são institucionais ou pessoais, e se estão a serviço da boa convivência da ordem necessária ou por que simplesmente fogem de padrões. Constatou-se, pelo exposto anteriormente, que houve mudanças nos comportamentos dos jovens, no entanto a escola não está conseguindo acompanhar na mesma toada.

Para os pesquisadores da área educacional, Aquino (2016, p. 7) destaca a necessidade de uma “revisão/atualização das imagens sobre o alunado contemporâneo por parte dos

profissionais da educação. Daí uma imperiosa mudança de visão de mundo e de escola, deveria ser perseguida”.

Observa-se, assim, a necessidade de uma Análise de Contingências desse contexto, já que essa queixa frequente irá influenciar nas práticas pedagógicas. Pois, se apresenta a necessidade de mudanças nas práticas educativas para diminuição da indisciplina, a maneira como estão abordando não está sendo eficiente. Logo, é imperioso que se repense o modo de enfrentamento do comportamento de não seguimento de regras na escola.

Skinner (1968, 1972, p. 18) aponta questões relevantes que devem ser consideradas no contexto escolar

Que comportamento deve ser estabelecido? Quais os reforçadores que estão à disposição? Com que respostas é possível contar para iniciar um programa de aproximações sucessivas, que levará à forma final do comportamento? Como podem ser esquematizados com mais eficiência os reforços para manter o comportamento fortalecido? (SKINNER, 1968, 1972, p. 18).

Por conseguinte, mais uma vez cabe levantar a questão do contexto social em que esse aluno está inserido, tanto para tornar a aprendizagem mais atrativa e que faça sentido para o mesmo, como também para observar que a escola está inserida em um contexto. É necessário ficar atento para as necessidades desse aluno como um todo e sair desse processo de apontar culpados, em que a escola culpa o aluno; o aluno e a família culpam a escola e o professor; e o professor culpa todos os outros, seguindo o problema sem solução.

A disciplina tem uma função, que é favorecer o convívio social, e, no contexto educacional, há outras regras que beneficiam o processo de ensino e aprendizagem. Zanotto (2004, p. 38) afirma que “os problemas do ensino passam a ser analisados não mais como decorrentes de traços e características cognitivas do aluno, mas das contingências ambientais, sendo os primeiros, também, produtos da interação do indivíduo com o ambiente”. Ou seja, é relevante analisar quais os estímulos implicados no comportamento do não cumprimento de regras e identificar quais os condicionantes para a perpetuação desse comportamento.

Nota-se que foram descritos, até agora, os comportamentos colocados como importantes no contexto escolar e as regras às quais os professores e os alunos ficam sobre controle. Isso pode permitir compreender melhor sobre o não seguimento de regras, o que é denominado, por outras abordagens teóricas, como “indisciplina”. A análise dessa temática foi realizada utilizando tanto seguimento de regras quanto “indisciplina”, já que, nos artigos que tratam sobre contribuições da AC, são utilizadas as duas formas: “indisciplina” e/ou não seguimento de regras.

Após trazer descrições sobre indisciplina na escola, de acordo com a perspectiva de teóricos da Análise do Comportamento e da área educacional, no corpo deste trabalho, haverá referências à indisciplina como: não cumprimento de regras da instituição educacional (Exemplos: não chegar no horário e não usar o uniforme); e bullying (como mencionado anteriormente, bullying é qualquer comportamento repetitivo, cujo intuito é humilhar, intimidar e causar constrangimento para a vítima). Ainda neste sentido, outro emprego do termo “indisciplina” é com a palavra violência, apontada como ameaça à integridade física de outro ou qualquer comportamento que visa lesionar fisicamente o outro (uso de drogas, evasão escolar, etc.). Há também regras impostas pelos professores na sala de aula, como não conversar, não ficar em pé ou executar a tarefa.

Nota-se que, os pesquisadores e teóricos aqui assinalados apontam que a “indisciplina” ou não seguimento de regras, dificultam o processo de ensino e aprendizagem. Sendo assim, as propostas de intervenção que buscam de alguma maneira contribuir para a diminuição desses comportamentos serão o foco da análise, favorecendo para melhores condições no processo educacional.



## **5 CONTRIBUIÇÕES DA ANÁLISE DO COMPORTAMENTO PARA SEGUIMENTO DE REGRAS NO AMBIENTE ESCOLAR**

Realizar uma pesquisa sobre as contribuições da AC não tem como intuito elencar inúmeras técnicas de controle dos alunos, mas sim utilizar tal referencial teórico nesse contexto, de maneira que possa contribuir para a compreensão dos fenômenos em sala de aula. Com isto, espera-se que possa contribuir na construção de condições facilitadoras, para lidar com esses desafios.

Portanto, houve o intuito de revisar, na bibliografia, as contribuições da AC para modificar os comportamentos descritos como “indisciplina” ou não seguimento de regras na escola, bem como, descrever quais as principais estratégias utilizadas pelos professores para o controle disciplinar dos alunos; analisar quais os principais reforçadores positivos utilizados de acordo com os estudos realizados; e averiguar quais as propostas de intervenções usadas para diminuição do comportamento de indisciplina e qual sua efetividade.

De acordo com o apontado anteriormente, foram analisadas publicações referentes às contribuições da AC, para diminuição de comportamentos que fogem à regra ou à “indisciplina”, no contexto escolar. No que concerne aos resultados quantitativos, os comportamentos abordados como “indisciplina”, nos trabalhos científicos encontrados, foram: “Indisciplina”, Bullying, Violência e dentre os comportamentos de disciplina, os Comportamentos Pró-éticos. Desses, 1 artigo tratava de comportamentos de não seguimento de regras impostas em sala de aula, outro era sobre prevenção do bullying, 3 propostas de intervenção eram para diminuir comportamentos de violência e bullying, e outro versava sobre comportamentos pró-éticos.

As palavras-chave utilizadas para encontrar o material aqui descrito foram: Behaviorismo Radical, Análise do Comportamento, Seguimento de Regras, Indisciplina, e Contexto Escolar. Dos 15 artigos encontrados que tratavam das contribuições da AC na educação, 9 versavam sobre as contribuições da AC referentes ao ensino e à aprendizagem de modo geral. Especificamente sobre as contribuições para diminuição de comportamentos que fogem à regra do contexto escolar, ou “indisciplina”, foram encontrados 4 artigos e 2 dissertações. Registra-se, na tabela abaixo, os 6 trabalhos encontrados.

**Tabela 1** - Apresentação dos artigos que foram encontrados na pesquisa e que atendem aos critérios de inclusão

AUTOR	ANO	OBJETIVO	INTERVENÇÃO UTILIZADA	RESULTADOS OBTIDOS	PUBLICAÇÃO
AMORIM, CONSULIN e NUNES	2010	Identificar condições do contexto escolar que contribuem para o aumento da indisciplina e possíveis intervenções a serem utilizadas para diminuir tal problema.	Intervenção em uma turma de 6ª série do ensino fundamental, com a queixa de indisciplina. Participaram 20 adolescentes, entre 14 e 17 anos, de ambos os sexos e de classe socioeconômica baixa, matriculados no ensino regular da rede pública estadual, bem como 5 profissionais da instituição. A metodologia foi composta por observação, entrevistas, análise de fontes documentais, atividades em grupos, e análise sobre temas pertinentes à faixa etária.	As contingências do contexto escolar implicam no aumento da indisciplina, em função do uso frequente de controles aversivos, bem como a turma ser apontada e vista por todos como uma turma "problema". Temas que interessam aos alunos podem ser reforçadores.	X CONPRE – Congresso de Psicologia escolar e educacional. PUCPR.
GIOIA e PEREIRA	2010	Criar e testar um procedimento de ensino com os professores, a partir de conceitos da "Análise do Comportamento", para lidar com comportamentos dos alunos relacionados à violência.	Participaram 18 docentes de uma escola de ensino fundamental da rede municipal de São Paulo. As fases do experimento foram: a) Questionário sobre violência; b) Registro do comportamento dos alunos pelos professores; c) Observação em sala de aula e; d) Preparação dos professores, com apresentação dos conceitos da AC.	As professoras participantes não identificaram os comportamentos apontados como violentos, e sim outros comportamentos que fogem às regras do contexto escolar no processo na análise de contingência. O que fez com que o comportamento violento não diminuísse como esperado.	Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva.

OLIVEIRA, PEDROSO e VILELA	2014	Diminuir comportamentos inadequados dos alunos, sendo este o elevado índice de violência com colegas (bullying) e até mesmo com os professores.	Uso do Sistema de Economia de Fichas para diminuição de comportamentos inadequados como bullying e violência. Foi realizado com 28 crianças, com idade entre 6 e 7 anos cursando o Pré II do ensino infantil.	Houve adesão de 93% dos alunos, sendo que houve a diminuição dos comportamentos que foram apontados como problemáticos, dos 100% que aderiram.	Revista Científica - Faest
PERKOSKI e SOUZA	2015	Ensinar, às crianças, comportamentos relacionados à prevenção do bullying, por meio de um jogo de tabuleiro.	Uso do jogo de tabuleiro com crianças de 8 a 11 anos, para prevenir comportamentos como o bullying.	O uso de jogos é efetivo em função da consequenciação imediata. Tem maior eficácia se forem desenvolvidas ações conjuntas com a família e a escola.	Periódicos eletrônicos em psicologia - PEPSIC
BORELLI	2016	Identificar, descrever e analisar as definições de ética e de comportamentos pró-éticos utilizados por docentes no contexto escolar e as propostas de ensino destes comportamentos na escola; 2) identificar o papel do professor no processo de ensino e aprendizagem de comportamentos pró-éticos; 3) levantar necessidades e apontar alternativas de delineamentos para fortalecimento e consolidação do ensino de comportamentos pró-éticos relevantes para as pessoas das escolas participantes.	Participaram 75 professores e 10 gestores de seis escolas públicas de uma cidade do interior de São Paulo. Os professores responderam a um questionário e os gestores a uma entrevista, com o objetivo de identificar as características do contexto escolar importantes para um planejamento cultural.	Os professores identificam e buscam consequências como estratégias, algumas consequências são menos imediatas, o que mostra que são menos eficazes. Há uma necessidade de maior inserção da família no contexto escolar. Como proposta sugere-se que haja formação continuada para os professores melhor identificarem as contingências, e proporem consequências mais imediatas, bem como o uso de mais reforço natural.	Dissertação de Mestrado

CERQUEIRA	2016	Utilização da análise funcional para diminuição de comportamento violento dos alunos.	Participaram da fase de Aplicação de Questionários, 270 alunos dos turnos de uma escola da rede municipal de Goiânia, com idades entre 9 e 16 anos, 14 professores e 15 funcionários. Na fase de Observação Direta, participaram 6 alunos, pertencentes a três turmas diferentes (6º, 7º e 8º ano) divididos em dois grupos: Grupo de Alunos com Comportamentos Apropriados e Grupo de Alunos com Comportamentos Inapropriados.	Nas três fases da pesquisa, foi possível observar que os professores não liberam consequências imediatas, tanto para comportamentos apropriados como para os inapropriados. Identificando assim a necessidade de uma Intervenção e o uso da análise funcional pode produzir mudanças eficazes na diminuição do comportamento violento dos alunos.	Dissertação de Mestrado
-----------	------	---	---	---	-------------------------

No artigo de Amorim, Consulin e Nunes (2010), há a descrição de uma intervenção a partir da necessidade de uma escola. Foram apontados como indisciplina, por serem comportamentos que fugiam das regras nessa escola: dificuldades no relacionamento com professores, agressões verbais, jogar aviões e/ou bolinhas de papel nos colegas, conversar sobre assuntos diferentes do tema em estudo e usar aparelhos eletrônicos durante as aulas.

As autoras lembram que, trabalhar utilizando a análise funcional com os professores é a grande contribuição oferecida pela Análise do Comportamento, segundo apontamento das autoras. Isso corrobora a afirmação de Zanotto (2004), ao apontar que, por analisar as contingências do ambiente escolar, os professores serão capazes de identificar as ações necessárias para que possam propor as mudanças comportamentais do aluno, na intenção de contribuir para o processo de ensino-aprendizagem.

As referidas autoras perceberam ser frequente o uso de punições. Diante disso, deve-se dar lugar para práticas em que sejam utilizados mais reforçadores positivos, visto que, de acordo com Hübner e Marinotti (2004), o uso excessivo de punição não é favorável para a ocorrência da modelagem do comportamento esperado, uma vez que diminui o comportamento indesejado, mas não há aprendizagem dos comportamentos que os alunos deveriam apresentar.

Nesse cenário, foi realizada a intervenção em uma turma de 5º ano do ensino fundamental, sendo uma escola da rede pública estadual. Participaram 20 alunos com idades entre 14 e 17 anos, de ambos os sexos e de classe socioeconômica baixa, bem como 5 profissionais da instituição.

A metodologia adotada foi composta por observação, entrevistas aos alunos da 6ª série, análise de fontes documentais e atividades em grupos abordando temas de interesse da faixa etária. Com um levantamento da demanda a partir de relatos do diretor e do orientador pedagógico, foram apontados os comportamentos considerados problemáticos, como citado anteriormente. Em outro momento, foram observados os comportamentos dos alunos em três contextos diferentes: em sala de aula, durante os intervalos entre aulas e durante a aula de Educação Física - na quadra de esportes e no pátio da escola. Ocorreu ainda uma entrevista semiestruturada com os alunos, em que os participantes apontaram quais os comportamentos atrapalhavam o processo de ensino.

Neste aspecto, os apontamentos apresentados corroboraram com o registrado no referencial teórico. Amorim, Consulin e Nunes (2010) indicaram que as contingências do contexto escolar implicam no aumento da indisciplina, em função do uso frequente de controles aversivos, bem como na classe ser apontada e vista por todos como uma turma “problema”.

Os referidos autores sugerem que o uso dos temas de interesse dos alunos podem ser um reforçador natural, o que condiz com as afirmações de Matos (1992), que aponta o reforço natural como sendo uma ferramenta que pode auxiliar o professor na sala de aula, já que é inerente ao próprio comportamento dos alunos.

Da mesma forma, eles apontaram que há uma necessidade dos alunos de serem ouvidos, num espaço para exporem suas ideias e tirarem dúvidas pertinentes a suas realidades. Concluíram, desta forma, que as escolas devem propor inovações, sendo essas reforçadoras, para saírem da zona de conforto das corriqueiras ações descontextualizadas, e que as ações tenham significado para o contexto no qual esse aluno está inserido.

Na pesquisa realizada por Gioia e Pereira (2010), foi proposto que professores sejam formados para analisar as contingências dos comportamentos violentos de alunos em uma escola de ensino fundamental da rede municipal de São Paulo, tendo participado 18 professores. Uma das fases dessa pesquisa foi a de preenchimento de questionário sobre violência pelos professores, sendo investigados quais comportamentos são tidos como de indisciplina dos alunos. Outra fase foi a do momento de observação em sala de aula, realizada pelas pesquisadoras; na sequência, ocorreu o processo de formação dos professores para

Análise de Contingências, onde foram apresentados alguns conceitos da AC para as professoras e foram classificadas as consequências observadas nessas contingências (Exemplos: punição ou reforço positivo).

Ainda para Gioia e Pereira (2010, p. 02), a proposta defendida é de que, “se partirmos da ideia de que o ensino é determinado pelo conjunto de contingências de reforço utilizado pelo professor, podemos afirmar também, que o sucesso ou fracasso no aprendizado, advém do arranjo dessas contingências”. Desse modo, se o professor analisar adequadamente as contingências do comportamento do aluno, é possível propor ações mais efetivas. Zanotto (2004, p. 42) pondera que “as contingências só podem ser arranjadas quando se tem clareza das mudanças comportamentais que se quer obter”.

Por conseguinte, Gioia e Pereira (2010) afirmam ser necessário que se faça a Análise de Contingência dos comportamentos tidos como “problemáticos”, a conduta adequada deve ser ensinada e não deve ser dada ênfase apenas para o comportamento indesejado. Observa-se que Gioia e Pereira (2010, p. 03) propõem a ocorrência da modelagem do comportamento adequado, sendo que, para isso, é necessário que se faça:

- a) A seleção de comportamentos a serem instalados; b) A identificação do repertório do comportamento existente nos indivíduos; c) A definição de procedimentos de mudança desses repertórios; e d) A seleção de contingências de reforçamento individuais para aumentar a frequência dos comportamentos-alvo. Dessa forma, o professor ajudaria a evitar a promoção de um ambiente favorável à violência (GIOIA; PEREIRA, 2010, p. 03).

Com o resultado do questionário aplicado aos professores, constatou-se que realmente ocorriam atos de “violência” no contexto escolar pesquisado. Os comportamentos apontados pelos professores foram: violência física realizada entre os alunos, falta de respeito com os funcionários da escola, desacato, vandalismo, agressividade, uso de drogas e fugas durante o horário de aula, bem como o descumprimento das regras da instituição escolar. Evidenciou-se que os casos relatados por parte das professoras seriam em função de questões relacionadas ao contexto social.

Houve também apontamentos em sua pesquisa com relação ao uso excessivo de punição no contexto escolar, e foi observado como um dos motivos do fracasso escolar, bem como a dificuldade de contingenciar adequadamente os comportamentos dos alunos faziam com que houvesse um excesso de punição. Por conseguinte, o ensino não seria eficaz, inclusive por não apresentar, para os alunos, os comportamentos esperados, ou seja, não havendo uma modelagem.

O resultado, portanto, não foi como o aguardado, em função inclusive de não ter mudado as contingências, o comportamento violento dos alunos não diminuiu. Os autores descreveram certa dificuldade, por parte das professoras, em apresentar o *feedback* aos alunos. Algumas hipóteses foram levantadas, pode ter sido em função da quantidade de alunos participantes ter dificultado a análise das variáveis; outra questão apontada foi em relação aos participantes não terem focado nos comportamentos assinalados como inadequados (a violência), e sim em outros.

Constata-se, deste modo, que a atividade proposta não foi eficiente para que as professoras pudessem realizar uma análise de contingência capaz de contribuir para a diminuição do comportamento apresentado como problema.

Utilizando o Sistema de Economia de Fichas, os autores Oliveira, Pedroso e Vilela (2014) realizaram uma pesquisa com intuito de diminuir comportamentos inadequados como bullying e violência no contexto escolar. Neste âmbito, foram observados os seguintes comportamentos: agressividade - qualquer contato físico com o objetivo de ferir, como tapas, chutes, murros, beliscões e empurrões; desobediência, qualquer ordem dada que não fosse acatada; e gritar durante a aula.

De acordo com os autores do artigo, o Sistema de Economia de Fichas é

Um sistema de reforçamento no qual se administram fichas como reforçadores imediatos, que são ‘respaldadas’ posteriormente permitindo que se troque por reforços mais valiosos, no qual consiste em três etapas: a) a ficha ou meio de intercâmbio, b) as recompensas ou reforços de respaldo que podem ser comprados com as fichas, e c) o conjunto de regras que define as interrelações entre os comportamentos específicos que obtêm fichas e os reforços de respaldo pelos quais se podem trocar as fichas (OLIVEIRA; PEDROSO; VILELA, 2014, p. 03).

Neste sentido, Oliveira, Pedroso e Vilela (2014) afirmam que os resultados são imediatos, já que há um processo desencadeador de consequências e um reforço imediato do comportamento adequado, além disso, se trabalha o reforçamento e não a punição.

A referida intervenção foi realizada com 28 crianças, de seis a sete anos, cursando o Pré II do ensino infantil. O processo, de acordo com Oliveira, Pedroso, e Vilela (2014, p. 3), foi dividido em cinco etapas:

A primeira foi a seleção de alunos com comportamentos incompatíveis com o esperado em sala de aula; a segunda foi a formação da linha de base, a terceira foi a aplicação da técnica, a quarta etapa foi a formação da segunda linha de base com intuito de verificar a frequência dos comportamentos indesejáveis e a quinta etapa foi retornar à escola no semestre seguinte para fazer entrevista com os professores sobre os comportamentos dos alunos que participaram do estudo e também para

verificar os efeitos duradouros do sistema de economia de fichas (OLIVEIRA; PEDROSO; VILELA, 2014, p. 3).

O resultado apontou que houve a adesão de 93% dos participantes e a diminuição dos comportamentos que foram apontados como problemáticos dos 100% que aderiram. Chegaram à conclusão de que o Sistema de Economia de Fichas é eficiente para a diminuição de comportamentos que fogem às regras e apontaram que o uso de reforço positivo deve ser uma ferramenta possível, abandonando o uso das punições.

Os pesquisadores reafirmaram as ponderações da AC de que coerção é algo que não contribui para o processo ensino-aprendizagem. Ainda nesta perspectiva, eles indicaram a possibilidade do uso da punição tornar os alunos pouco participativos, contradizendo o objetivo da educação, pois o que se espera é que a educação torne os indivíduos autônomos e preparados para o futuro.

Em um dos artigos encontrados na pesquisa, o de Perkoski e Souza (2015), foi apresentado o desenvolvimento de um jogo de tabuleiro para ensinar às crianças, comportamentos relacionados à prevenção do bullying. O jogo foi desenvolvido a partir de uma perspectiva da AC.

Os autores apontaram que jogos educativos são importantes para o favorecimento do processo de ensino e aprendizagem, cujo principal artifício motivacional e de engajamento do jogador se dá por meio de reforço natural, e apresentam quatro características. Segundo Perkoski e Souza (2016, p. 7), são

A presença de um reforçador bastante poderoso que leve o estudante a "começar" a cadeia comportamental; a necessidade de apenas uma resposta discreta e de fácil performance que faça parte do repertório do estudante para iniciar a cadeia; a presença de contingências de reforço inter-relacionadas que levem o estudante a alcançar e manter as mudanças e, por fim, que as contingências mantenham seus efeitos por longo tempo com o estudante mostrando poucos efeitos de saciação. Essas quatro características são facilmente identificadas em diversos jogos (PERKOSKI; SOUZA, 2016, p. 7).

Denominado como “O espião”, o jogo em questão tinha o objetivo de ensinar, às crianças, comportamentos para identificar e combater o bullying no contexto escolar. Perkoski e Souza (2015, p. 09) definiram bullying como um “subconjunto de comportamentos agressivos com quatro principais características: intencional, repetitivo, não provocado e envolvendo algum desequilíbrio de poder entre o agressor e a vítima”.

Por ser um jogo de tabuleiro e cartas, foi desenvolvido para o público-alvo de crianças entre 8 e 11 anos, sendo necessário que saibam ler, em função de conter instruções nas cartas



apresentadas aos jogadores. De acordo com Perkoski e Souza (2015), os jogadores assumem o papel de detetives que precisam descobrir pistas com informações sobre algum acontecimento da escola – episódios de bullying – e, a seguir, buscam formas de lidar com o descoberto. O enredo também orientou decisões quanto à estética do jogo.

Neste contexto, foi utilizado, como consequência para o seguimento das regras, o reforço positivo (seguir adiante uma casa), e como consequência para o não seguimento das regras e punição (não avançar uma casa ou voltar uma casa). Os autores justificam o uso de punição afirmando que, em jogos, cria-se grande tensão, o que possibilita um maior envolvimento. A consequência imediata, segundo os autores, garante a manutenção dos comportamentos emitidos durante o jogo, o que torna eficaz o processo de ensino.

Perkoski e Souza (2015) concluíram que o uso de jogos, no contexto escolar, contribui se houver um processo de engajamento também da família. E, no caso de bullying e violência, a escola e os pais devem ficar atentos aos possíveis relatos da ocorrência de tais comportamentos, sendo que as escolas devem promover também ações possibilitadoras de mudanças nas práticas culturais, não ficando somente a cargo dos jogos.

Outro material encontrado foi o de Borelli (2016), que fez, em sua dissertação, uma análise sobre o papel do professor no ensino de comportamentos pró-éticos e utilizou a AC como referencial teórico. A autora afirma que comportamentos pró-éticos são “comportamentos considerados socialmente habilidosos que funcionam como pré-requisito para a instalação e consolidação de repertórios sociais típicos da cidadania, ao longo do processo de desenvolvimento humano” (BORELLI, 2016, p. 22). Nota-se que os comportamentos pró-éticos beneficiarão a vivência no contexto escolar e também em outros contextos, pois possibilitariam uma boa convivência social. A autora ainda evidencia que a aprendizagem de comportamentos pró-éticos ocorre por meio do processo de modelagem de papéis sociais e ensino de regras.

Neste intento, a autora busca identificar as definições de ética e de comportamentos pró-éticos para os professores, bem como qual desses comportamentos facilitará o processo de ensino e aprendizagem; e quais são as propostas de ensino de tais comportamentos no contexto escolar.

Na primeira fase, participaram 75 professores do ensino fundamental de 1º a 5º ano, bem como 10 gestores de seis escolas públicas de uma cidade do interior de São Paulo. Os professores responderam a um questionário e os gestores a uma entrevista, cujos objetivos foram identificar as definições para os professores e gestores de comportamentos pró-éticos, e

também observar as possibilidades de intervenção posterior. Pontua-se que o questionário para professores está dividido em três partes:

A Parte 1 solicita informações mais gerais descritivas do contexto escolar e introduz a questão do ensino de ética; a Parte 2 propõe o detalhamento do ensino (2A) ou não ensino (2B) de ética, valores morais e comportamentos pró-éticos na escola; e a Parte 3 encerra o questionário com a proposta de compartilhamento de estratégias utilizadas pelos professores que foram bem-sucedidas, ideias para o ensino de ética, mencionando também a opinião dos professores sobre o papel das famílias neste contexto (BORELLI, 2016, p. 59).

O uso do reforçamento positivo e da modelagem deve ser mais utilizado no processo ensino aprendizagem, necessitando eliminar a punição como método de ensino. Para Skinner, os professores têm uma maior capacidade de transformação do contexto educacional, em função de estarem diretamente em contato com contingências. Sobre isso, Borelli (2016, p. 25) afirma que

Os protagonistas dessa mudança seriam as pessoas que mais têm prejuízos nessa situação. Sendo assim, os educadores são excelentes candidatos, pois, ao buscarem compreender a ciência do comportamento, se habilitam para planejar o ensino com base não somente em consequências imediatas, mas naquelas a serem providas no futuro e que se constituem como essenciais para o desenvolvimento e sobrevivência da cultura (BORELLI, 2016, p. 25).

De acordo com os resultados descritos por Borelli (2016), os comportamentos pró-éticos apontados foram: respeito, obediência, justiça, reponsabilidade, zelo, amizade, generosidade, empatia, boas maneiras, “comportar-se bem” e boa convivência.

As estratégias utilizadas, pelos professores, para ensinar comportamentos pró-éticos, observados pelas pesquisadoras, foram: conversa, promoção de reflexão por meio de recursos variados, oferta de exemplos de situações do dia a dia, estabelecimento ou relembração de regras/ combinados, apontamento do "errado", levantamento de alternativas para resolução do problema, aconselhamento (regras), solicitação do pedido de desculpas, oferecimento de um modelo, apresentação das consequências para os comportamentos, apontamento do "certo", solicitação de reparação do erro, ensinamentos religiosos, convocação familiar e manutenção da boa relação sempre.

Desta feita, nota-se que os professores têm um papel importante no processo de ensino e aprendizagem de comportamentos pró-éticos e estão sempre buscando resolver certas situações-problema. Conforme os comportamentos, esses profissionais são responsáveis pela proposição de mudanças. Embora haja processos de consequenciação mais imediatos e que se

mostraram mais efetivos, são exemplos de consequências em longo prazo que não se mostraram tão efetivas: ensinamentos religiosos e convocação das famílias, pois as mesmas, em diversas situações, não apresentavam consequências imediatas.

Borelli (2016) identificou que as principais demandas para intervenção, no que se refere aos problemas de comportamento dos alunos, dizem respeito à ausência da família na escola, e neste sentido, é possível realizar ações que poderiam trazer para uma maior participação da mesma.

A supracitada autora também indica a formação continuada como estratégia para os professores identificarem as contingências necessárias, criarem consequências mais imediatas, e se tornarem capazes, nesse processo, de modelar os comportamentos. Com reforços naturais que se mostrarem mais eficientes, os professores terão a opção de trabalhar com roda de leitura, música ou vídeo, considerando os temas diversos e de interesses dos alunos. Isto é, que diversas ferramentas que possam subsidiar a prática dos professores sejam exploradas.

Cerqueira (2016) apresenta a proposta de análise funcional da violência em uma escola municipal. Ressalta-se que a avaliação funcional e a Análise de Contingência seguem os mesmos princípios, mudando somente as nomenclaturas, sendo essa terminologia utilizada como uma opção da autora da pesquisa. Nesse entendimento, a autora classificou a violência como comportamento agressivo com outros colegas, funcionários da escola e professores, considerando o comportamento agressivo, tanto verbal quanto físico.

No que se refere à avaliação funcional, Skinner (2003) descreve que é a identificação das variáveis externas que têm a função como comportamento, sendo importante identificar os antecedentes e os consequentes que estão implicados no comportamento “problema”, no entanto, sem que haja manipulação das variáveis. Cerqueira (2016, p. 17) explica como ocorre a Avaliação Funcional por observação direta:

Utiliza métodos descritivos que envolvem observações diretas do comportamento-alvo em seu ambiente natural, enquanto os eventos imediatos que o antecede e o sucede, são registrados. Durante a observação direta, as relações entre ambiente e comportamento são observadas, medidas e registradas de modo sistemático e objetivo. A observação direta é parte fundamental do processo de avaliação funcional para validar e esclarecer os eventos que predizem e mantêm comportamentos-problema (CERQUEIRA, 2016, p. 17).

A autora pontua que os principais mecanismos para identificação de violência no contexto escolar são por meio de inventários, preenchimento de questionários e escalas. No entanto, esse procedimento não tem se mostrado muito eficaz já que são preenchidas pelos

próprios envolvidos; bem como não é bem visto pela comunidade, em função da dificuldade da autenticidade das respostas, pois o foco é o agressor e a vítima.

Concernente às estratégias de enfrentamento da violência no contexto escolar, a autora pontuou que, na maioria dos casos, ocorre o uso de controle aversivo como punição, assim como afirma Marinotti, Pereira e Luna (2004, p. 27), que “o aluno pode até ‘ficar quieto’, mas não se envolverá mais com a atividade por causa disso”. Por outro lado, o reforçamento dos comportamentos em atividade diminuirá a probabilidade dos comportamentos de indisciplina. Cerqueira (2016) defende que é maior a eficiência quando ocorre a aproximação sucessiva dos comportamentos adequados, com o uso de reforço positivo, e que as consequências sejam imediatas.

A metodologia foi composta por três fases. Na primeira fase, realizou-se a análise documental, em que a pesquisadora buscou, no livro de ocorrência da escola, identificar os comportamentos apontados como violentos. Por outro lado, a segunda fase foi da aplicação de questionários, com a participação de 270 alunos, 14 professores e 15 funcionários de uma escola da rede municipal de Goiânia. Na terceira fase houve observação direta, participaram 6 alunos, divididos em dois grupos: Grupo de Alunos com Comportamentos Apropriados e Grupo de Alunos com Comportamentos Inapropriados.

Nas fases de observação direta e indireta, a pesquisadora notou que havia mais relatos de comportamentos de violência do que comportamento de indisciplina, como outros comportamentos que atrapalhavam o processo de ensino e aprendizagem. Nas três fases verificou-se que os professores não liberavam consequências imediatas para a maioria dos comportamentos emitidos pelos alunos, tanto para comportamentos apropriados como inapropriados, identificando assim a necessidade de intervenção. A pesquisadora colocou como sugestão de mudança do cenário escolar a utilização da análise funcional, já iniciada, uma vez que ela mostraria em quais contextos os comportamentos violentos ocorrem e quais consequências precisam ser mudadas.

Por fim, a respeito do que foi denominado como indisciplina, as pesquisas trazidas neste capítulo descrevem comportamentos já levantados antes, que são os que dificultavam ou atrapalhavam o processo de ensino e aprendizagem ou de descumprimento das regras escolares, que foram: dificuldades no relacionamento com os professores, agressões verbais, jogar aviões e/ou bolinhas de papel nos colegas, conversar sobre assuntos diferentes do tema da aula e usar aparelhos eletrônicos durante as aulas, ou descumprimento de qualquer regra.

Destaca-se ainda que a violência ou bullying foram apontados como sendo comportamentos de não seguimento das regras no contexto escolar e que também

dificultavam e atrapalhavam o processo de ensino e aprendizagem. De acordo com o levantamento desta pesquisa, são comportamentos como violência física realizada entre os alunos, falta de respeito com os funcionários da escola, desacato, vandalismo, agressividade, uso de drogas e fugas durante o horário de aula. Concernente ao bullying, foram relatados apelidos constrangedores, agressões físicas, ameaças, roubos, ofensas verbais ou expressões e gestos que causam mal-estar às vítimas.

Diante dos apontamentos feitos pelos pesquisadores, observa-se que eles corroboram com as afirmações dos referidos teóricos da AC. Nota-se que a “indisciplina” ou o não seguimento de regras tem sido considerado um desafio para esses pesquisadores. Observa-se que tal abordagem pode ser mais explorada nesse contexto, foram apontadas necessárias mudanças nas contingências para que ocorram alterações expressivas.

E o uso do reforço positivo se mostrou como uma ferramenta para aumentar os comportamentos desejados, diminuindo assim o comportamento de indisciplina, pois, ao se reforçar um comportamento, estes vão fazendo parte do repertório comportamental do indivíduo dando assim lugar para novas práticas, como ocorre no caso do reforço diferencial, ao qual ocorrem a modelagem, ao se reforçar constantemente os comportamentos vantajosos, a capacidade discriminativa irá aumentar e, no caso, os alunos terão uma capacidade maior de se comportar de maneira que contribua para o processo ensino aprendizagem.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No que se refere ao objetivo da pesquisa sobre a “indisciplina” e às contribuições da Análise do Comportamento para este fenômeno, foram encontrados 6 trabalhos publicados no período de 2010 a 2016. Buscou-se, por meio deles, apontar soluções para a queixa da indisciplina, tão recorrente nas escolas.

Na pesquisa de Aquino (2016), realizada em artigos da educação, sobre o tema “indisciplina”, foi encontrado somente um trabalho na área da psicologia, sendo da perspectiva winnicottiana. Tal ausência de material pode ocorrer devido ao fato de que os analistas do comportamento publicarem pouco fora das revistas da área comportamental. A relevância de trazer esses dados é observar que apesar de haver contribuições da AC na educação, tal tema não foi abordado por pesquisadores dessa abordagem no contexto educacional no período de 18 anos, no Brasil.

Desde Skinner, a AC vem estudando e oferecendo tecnologia para solucionar os problemas da educação. Indaga-se, então, o motivo de serem pouco utilizados em um campo de pesquisa tão importante, bem como, diante da queixa frequente da “indisciplina” no contexto escolar. A AC é apontada como tecnicista, no entanto, não podemos esquecer que em diversas situações incertas, as técnicas são ferramentas úteis, sendo assim, as tecnologias desenvolvidas para solucionar os problemas da educação devem ser mais utilizadas.

Em todos os trabalhos, analisados nessa pesquisa, os autores pontuaram sobre a necessidade da delimitação do que é indisciplina no contexto escolar, é importante discutir sobre as exigências de disciplina para os alunos, as escolas não tem acompanhado as mudanças que vem ocorrendo na sociedade, bem como, tem se mostrado pouco estimulante, o modelo de ensino existente na maior parte das escolas brasileiras é obsoleto se levarmos em consideração a quantidade de tecnologias ao qual os estudantes tem acesso.

Todas as pesquisas foram realizadas em escola pública, observa-se assim, que há a necessidade de propor uma investigação similar referente as escolas privadas, porque o cenário social pode ser um fator que influencia também nessa "indisciplina". A escola está inserida em um contexto, sendo assim, deve levar em consideração todas as influencias, socioculturais, econômicas, que possam estar implicadas para a compreensão desse fenômeno multicausal.

Observou-se que a maioria das publicações analisou sobre comportamentos violentos. Cabe questionar o motivo de ser ofertada maior ênfase nesses comportamentos e menor sobre

outras queixas de não seguimento de regras, como exemplo de não realizar tarefas escolares ou desobediência do professor. Uma hipótese levantada é a de isso acontecer devido ao fato de serem comportamentos apontados como os mais problemáticos no contexto escolar, sendo assim, se faz necessário que se observe as questões sociais que reproduzem a violência no contexto escolar.

A respeito das intervenções utilizadas e seus resultados, foram encontrados 2 trabalhos cuja proposta de intervenção versava sobre o uso de análise de contingência com professores para identificar as principais condições do contexto escolar que contribuem para o aumento da indisciplina. Esses autores foram bem específicos sobre a necessidade de formação dos professores para análise de contingência na sua prática cotidiana. Eles partem do pressuposto de que os professores estão diretamente ligados aos estímulos que reforçam o comportamento desses alunos, e expõem também que o contexto desses alunos na sociedade deve ser levado em consideração, mas os professores, identificando no contexto escolar e mudando os estímulos, são capazes de propor mudanças significativas. De acordo com Carrara (2008, p. 45), é possível

(...) se identificar os elementos envolvidos numa dada situação, constatar se existe relação de dependência entre tais elementos e avaliar qual o padrão dessas relações de dependência. Em decorrência disso, torna-se viável uma programação de contingências precisa, concreta e plausível (CARRARA, 2008, p. 45).

Quanto às propostas de formação dos professores para Análise de Contingência, o resultado não foi satisfatório, conforme intervenção realizada por Gioia e Pereira (2010). Identificaram-se os comportamentos de violência, no entanto, em função dos professores não terem observado os comportamentos da maneira que identificassem somente comportamentos de violência, não conseguiram identificar as contingências implicadas em tal comportamento e não emitiram, assim, consequências imediatas. Na pesquisa realizada por Cerqueira (2016), o uso da Análise de Contingência trouxe resultados satisfatórios e pôde produzir mudanças eficazes na diminuição do comportamento violento dos alunos. Constatou-se, portanto, a necessidade dos professores emitirem mais consequências imediatas.

Amorim, Consulin e Nunes (2010) propuseram como intervenção a Análise de Contingência e a utilização de reforços naturais, como o uso de temas de interesse dos alunos conforme suas faixas etárias. Destaca-se, nos resultados, que as contingências do contexto escolar implicam o aumento da indisciplina, em função do uso frequente de controles aversivos, bem como a turma ser apontada e vista por todos como uma classe “problema”.

Outro ponto observado é que os temas de interesse dos alunos podem ser utilizados como reforçadores.

Sobre o papel dos professores para o ensino de comportamentos pró-éticos, Borelli (2016) discorreu que tais profissionais cumprem um importante papel no processo de transformação do contexto educacional, por estarem envolvidos no processo de contingências, e ainda ensinam os comportamentos pró-éticos aos alunos, embora seja necessário utilizar as consequências imediatas, pois são mais efetivas. De tal modo, observou-se que o presente trabalho é o único com a apresentação de modelos comportamentais a serem seguidos.

Assim, os autores analisados não apontaram os principais reforçadores positivos utilizados pelos professores, eles evidenciaram somente o que foi utilizado em suas propostas de intervenção. Nota-se que o reforço positivo foi abordado no referencial teórico de todos os artigos, assim como no atual trabalho, como sendo um elemento que favorece a aprendizagem, contudo, apenas os controles aversivos foram apresentados como punição utilizada pelos professores. É notório questionar se o fato de não apontar os reforços positivos utilizados pelos professores em sala de aula foi algo negligenciado pelos pesquisadores, ou se foi pouco, ou não utilizado. Outro ponto questionável é se o pouco uso do reforço positivo torna o contexto escolar tão aversivo, tornando o índice de indisciplina crescente.

Como citado anteriormente, a pesquisa realizada por Oliveira, Pedroso, e Vilela (2014) demonstra a importância do uso de reforçadores. Utilizou-se como proposta o Sistema de Economia de Fichas, para diminuir a indisciplina no contexto escolar, sendo que os resultados foram satisfatórios, em função da consequência imediata, e do uso de estímulos reforçadores.

Por sua vez, Perkoski e Souza (2016) apresentaram, como proposta, outro exemplo de como é eficaz o uso de reforçadores artificiais ou naturais para adoção de repertórios importantes, sendo este, o uso de jogo educativo de tabuleiro e carta, que tem como objetivo prevenir o comportamento de bullying. O jogo visa, por meio das cartas, ensinar comportamentos para diminuição do bullying nas escolas. Nas cartas, há informações, e o jogador deve responder algumas questões que podem avançar, isso pode ter funcionado como consequências imediatas. O autor conclui que há uma maior efetividade no uso desse jogo educativo, se houver uma interação da família e da escola para combater tal comportamento.

A principal estratégia, utilizada pelos professores para o controle disciplinar nos alunos, é o controle aversivo, foi apontado em todos os trabalhos analisados. Apesar disso, mostrou-se pouco efetivo, o que reafirma os apontamentos de diversos teóricos da Análise do Comportamento anteriormente citados, de que controle aversivo não é capaz de proporcionar uma aprendizagem efetiva, visto que só há a punição para o comportamento não desejável, e



não há a modelagem de comportamentos esperados no contexto escolar que, no caso, é o comportamento de seguimento de regras.

Para Moreira e Medeiros (2007), o comportamento de seguimento de regras deve ser aprendido, evidenciando assim a importância da modelagem, sendo que práticas aversivas podem causar efeitos indesejados, como fuga e esquiva. Convém exemplificar com a situação hipotética de um aluno, considerado “conversador”, não participar das aulas dando contribuições sobre o conteúdo, em função de o professor não escutar o que ele tem a dizer, mesmo podendo ser uma contribuição importante para a aula. É possível ainda que o professor chame a sua atenção diante da turma. Será que esse aluno realmente não pode ser ouvido?

Sendo assim, nota-se que as contingências do contexto escolar parecem ser ineficientes para a produção do conhecimento, já que se produzem mais práticas aversivas não favoráveis ao processo de modelagem. Borelli (2016) aponta que o foco dos professores deixa de ser a aprendizagem quando estão voltados mais para os comportamentos inadequados dos alunos.

Skinner afirma que a escola é uma agência de controle, onde o indivíduo adquirirá comportamentos vantajosos para o futuro, para si, para a família e para a sociedade em que está inserido. Marinotti (2004) aponta que variáveis relevantes para promoção do processo de aprendizagem estão relacionadas ao professor, aos recursos e às estratégias de ensino, sendo que parte importante desse processo de aprendizagem se dará na escola, embora aconteça também de maneira informal.

Observa-se que a escola, como agência de controle, é de fundamental importância, a partir de um processo de engajamento em que aprendizagem ocorre tanto no contexto formal quanto no informal. Espera-se que o aprendido na escola sirva realmente para a vivência dentro e fora dela. Zanotto (2004) traz uma reflexão sobre a afirmação de Skinner a respeito da importância dessa agência de controle. Segundo a autora,

É esta agência que tem condições de produzir a variação necessária a sobrevivência da cultura, preparando, formal e sistematicamente, indivíduos aptos a construir uma cultura com maiores chances de sobrevivência e a lidar de modo eficiente com o controle exercido pelas demais agências (ZANOTTO, 2004, p. 36).

Assim, a partir da análise dos artigos, é possível afirmar que a “indisciplina” é a fuga das regras no contexto escolar, ocorre em contextos com poucos modelos esperados, não é uma questão de apontar o que é certo ou errado, verifica-se que as regras estabelecidas são

desenvolvidas a partir do que se espera naquele contexto, embora, nesse ponto, tenha se apresentado como um problema recorrente no contexto escolar.

Constata-se que há uma dificuldade de aumentar os comportamentos considerados vantajosos, inclusive por não ser utilizado reforço positivo, e por outro lado, a punição ser muito utilizada, e no entanto, não ser efetiva, segundo Moreira e Medeiros (2007), pode ocasionar inclusive efeitos colaterais como reações emocionais, e assim não melhora a qualidade das relações na escola.

Desta forma, espera-se que as contribuições da AC, acerca de comportamentos que fogem às regras no contexto escolar, possam diminuir essas queixas e assim contribuir para o processo ensino-aprendizagem. Vê-se, portanto, a necessidade de mais pesquisas que utilizem a análise de contingência e estudos que apontem a efetividade do uso do reforço positivo como no sistema de economia de fichas, já que a utilização de estímulos aversivos foi pontuada como não favorável ao processo de ensino-aprendizagem.

## REFERÊNCIAS

- AMORIM, C. A. A.; CONSULIN, E. G.; NUNES, M. F. Indisciplina escolar: uma possibilidade de intervenção. In: CONGRESSO DE PSICOLOGIA ESCOLAR E EDUCACIONAL, 10., 2010, Maringá. **Anais eletrônicos...** Maringá: PUCPR, 2010. Disponível em: <<http://www.abrapee.psc.br/xconpe/trabalhos/1/133.pdf>>. Acesso em: 08 ago. 2016.
- ANTUNES, Celso. **Professor bonzinho = aluno difícil**: a questão da indisciplina em sala de aula. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.
- AQUINO, Julio Groppa. Indisciplina escolar: um itinerário de um tema/problema de pesquisa. **Cad. Pesqui**, São Paulo, v. 46, n. 161, p. 664-692, 2016. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0100-15742016000300664&lng=es&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742016000300664&lng=es&nrm=iso)>. Acesso em: 06 ago. 2016.
- BAUM, William M. **Compreender o behaviorismo**: comportamento, cultura e evolução. Tradução Maria Teresa Araújo Silva. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.
- BOCK, A. M. B.; FURTADO, O.; TEIXEIRA, M. L. T. **Psicologias**: uma introdução ao estudo de psicologia. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.
- BORELLI, L. M. **Análise comportamental da cultura e educação**: o Papel do Professor no ensino e aprendizagem de Comportamentos pró – Éticos. 2016. 166 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Faculdade de Ciências, Universidade Estadual Paulista, Bauru, 2016.
- CARRARA, Kester. **Behaviorismo radical**: crítica e metacrítica. 2. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2008.
- CATANIA, Charles. A. **Aprendizagem**: Comportamento, linguagem e cognição. Tradução D. G. Souza. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 1999.
- CERQUEIRA, F.S. **Avaliação funcional da violência em uma escola municipal de Goiânia/GO**. 2016. 104 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2016.
- COSTA, J. R. S.; OLIVEIRA, M. C. M.; OLIVEIRA, M. M. Bullying: análise do comportamento e mudanças de hábitos nas relações entre crianças em uma comunidade

escolar. **Extensão em Foco**, Ed. UFPR, Curitiba, n. 10, p. 18-36, 2014. Disponível em: <[revistas.ufpr.br/extensao/article/download/29915/23814](http://revistas.ufpr.br/extensao/article/download/29915/23814)>. Acesso em: 03 fev. 2017.

DAVIDOFF, Linda L. **Introdução à Psicologia**. 2. ed. São Paulo: Editora McGraw-Hill do Brasil, 1983.

DAYAN, Silvia. P. **Como enfrentar a indisciplina na escola**. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2009.

HÜBNER, M. M. C.; MARINOTTI, M. Revisando diagnósticos clássicos relativos às dificuldades de aprendizagem. In: HÜBNER, M. M. C.; MARINOTTI, M. (Org.). **Análise do Comportamento para Educação: Contribuições Recentes**. Santo André, SP: ESETec Editores Associados, 2004.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. **Métodos de pesquisa**. 1. ed. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2009.

GIOIA, P. S.; PEREIRA, M. C. Formação de professores em análise do comportamento para manejo de comportamentos considerados violentos de alunos. **RBTCeC**, Campinas, n. 12, p. 121-145, 2010. Disponível em: <<http://www.usp.br/rbtcc/index.php/RBTCC/article/view/419>>. Acesso em: 20 jan. 2017.

MARINOTTI, M. Processos Comportamentais envolvidos no processo da leitura e da escrita. In: HÜBNER, M. M. C.; MARINOTTI, M. (Org.). **Análise do Comportamento para Educação: Contribuições Recentes**. Santo André, SP: ESETec Editores Associados, 2004.

MATOS, M. A. Análise de contingências no aprender e no ensinar. In: ALENCAR, E. M. S. S. (Org.). **Novas contribuições da psicologia aos processos de ensino e aprendizagem**. São Paulo: Cortez, 1992.

MATOS, M. A. Comportamento governado por regras. **Rev. bras. ter. comport. cogn.** São Paulo, v. 3, n. 2, p. 51-66, dez. 2001. Disponível em: <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S151755452001000200007&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S151755452001000200007&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 19 out. 2016.

MOREIRA, M. B.; MEDEIROS, C. A. **Princípios Básicos de Análise do Comportamento**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

OLIVEIRA, L.G; PEDROSO, R.; VILELA, R. O. L. G. Economia de Fichas Aplicada no Contexto Escolar. **Revista Científica FAEST**, Tangará da Serra, v. 02, n. 1, p. 01-13, 2014.

Disponível em: <<http://uniserratga.com.br/letter/projeto/single/economia-de-fichas-aplicada-no-contexto-escolar>>. Acesso em: 20 jan. 2017.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE - OMS. **Relatórios diversos**, 1998.

PEREIRA, M. E. M.; MARINOTTI, M.; LUNA, S. V. O compromisso do professor com a aprendizagem do aluno: contribuições da Análise do Comportamento. In: HÜBNER, M. M. C.; MARINOTTI, M. (Org.). **Análise do Comportamento para Educação: Contribuições Recentes**. Santo André, SP: ESETec Editores Associados, 2004.

PERKOSKI, I. R.; SOUZA, S. R. O Espião: Uma perspectiva analítico comportamental do desenvolvimento de jogos educativos de tabuleiro. **Perspectivas**, Londrina, vol. 6, n. 2, p. 74-88, 2015. Disponível em: <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_abstract&pid=S2177-35482015000200001](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S2177-35482015000200001)>. Acesso em: 21 jan. 2017.

SIDMAN, M. **Coerção e suas implicações**. 2. ed. São Paulo: Editora Psy, 1995.

SKINNER, Burrhus F. **A escola do futuro**. Tradução Anita Liberalesso Neri. 3. ed. Campinas: Papyrus, 1991 [1989].

\_\_\_\_\_. **Ciência e comportamento humano**. Tradução J. C. Todorov e Rodolpho Azzi. 10. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003 [1953].

\_\_\_\_\_. **Sobre o behaviorismo**. Tradução Maria da Penha Villalobos. 10. ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

\_\_\_\_\_. **Tecnologia do ensino**. Tradução Rodolpho Azzi. 8. ed. São Paulo: Herder, Edusp, 1972 [1968].

TALIS, Teaching and Learning International Survey. **Pesquisa Internacional sobre Ensino e Aprendizagem**. 2013. Disponível em: <<https://www.oecd.org/edu/school/TALIS-2013-country-note-Brazil-Portuguese.pdf>>. Acesso em: 03 out. 2016.

ZANOTTO, M. L. B. Subsídios da Análise do Comportamento para a formação de professores. In: HÜBNER, M. M. C.; MARINOTTI, M. (Org.). **Análise do comportamento para educação: contribuições recentes**. 1. ed. Santo André, SP: ESETec Editores Associados, 2004.